



Sindicato dos Oficiais de Justiça

REUNIÃO NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O Sindicato dos Oficiais de Justiça reuniu no passado dia 21 de Julho pelas 15.00 horas no Ministério da Justiça com os Senhores *Secretário de Estado Adjunto e da Justiça* (SEAJ) Dr. José Conde Rodrigues e *Secretário de Estado da Administração Pública* (SEAP) Dr. Gonçalo André Castilho dos Santos. Estavam também presentes: o Senhor *Subdirector Geral* e o *SFJ*. Esta reunião conjunta decorreu no âmbito da negociação do processo de revisão ao estatuto socioprofissional dos Oficiais de Justiça.

Queremos deixar expresso e lembrar que, desde Dezembro de 2008, o Governo tem a contraproposta deste Sindicato ao anteprojecto apresentado. Contraproposta esta elaborada com rigor e com um único sentido, a defesa dos interesses dos Oficiais de Justiça.

No decurso deste ano e no exercício normal da actividade sindical, reunimos com o Governo para conhecer melhor este processo, bem como com vários grupos parlamentares no sentido de transmitir alguns dos problemas que preocupam os Oficiais de Justiça, incluindo o anteprojecto apresentado pelo Governo.

Por vezes, alguma necessidade de protagonismos ou, das luzes dos holofotes, faz parecer que alguns actuam a “*solo*” mas este Sindicato não tem como objectivo a visibilidade mediática, mas sim o reconhecimento pelas suas posições firmes e actuação responsável, coerente e activa.

Assim, foi com agrado que no decurso da reunião conjunta, ouvimos o Senhor SEAP falar na necessidade de valorizar a carreira dos Oficiais de Justiça. A “mensagem” deste Sindicato vem passando e, cada vez mais se fala na especificidade da carreira dos Oficiais de Justiça ao invés do conceito difuso de funcionários de justiça.

Mas, se a questão da valorização mereceu a satisfação deste Sindicato, também não deixa de ser verdade que o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, foi frontal (coisa rara nos governantes) ao responder ao SOJ, dizendo que tínhamos razão quando dissemos que, da forma como o processo estava a decorrer, seria bastante difícil a sua aprovação nesta legislatura.

No entanto referiu o Senhor SEAP que, do ponto de vista técnico, haveria necessidade de deixar o documento finalizado, para que o próximo Governo o aprovasse.

É possível que o próximo Governo aprove esse trabalho/documento, mas o inverso também poderá acontecer. Assim, temos obrigação de referir que não nos cabe fazer a divulgação das promessas do Governo, mesmo que elas sejam feitas de boa fé. A nossa posição é referir com objectividade e verdade o que decorre da negociação.

Nestes termos, ficou agendada para Setembro uma nova reunião conjunta, para que seja discutido o documento elaborado pelo Governo, com os contributos de todos.

A QUESTÃO DO INGRESSO:

Foi abordada a questão do ingresso, até porque, segundo diz o Governo, vai realizar-se um novo concurso e a posição deste Sindicato é conhecida desde sempre. Defendemos o Curso de Técnicos Superiores de Justiça ministrado na Universidade de Aveiro como regime regra para o ingresso e, como regime supletivo o Curso Técnico de Serviços Jurídicos, ministrados nas diversas escolas profissionalizantes. A nossa posição é fundada num conhecimento muito próximo da realidade dos dois cursos.

É no entanto importante referir que, neste momento, e observado o Estatuto, o curso profissionalizante é o regime regra.

A QUESTÃO DO VÍNCULO À ADMINISTRAÇÃO:

Tendo sido aflorada esta questão, entendemos reafirmar que, no nosso entendimento aos Oficiais de Justiça cabe a figura da nomeação definitiva pelos motivos que já apresentamos ao Governo.

A AVALIAÇÃO:

Esta foi também uma questão que ocupou algum espaço e, não deixámos de afirmar a nossa posição de sempre. Na forma como está estruturado o SIADAP ou SADOJ a sua aplicabilidade nos tribunais, poderá gerar situações de inconstitucionalidade. Os Oficiais de Justiça sempre tiveram um sistema de avaliação diferente da restante administração pública. É evidente que o modelo actual do COJ está caduco e, não raras vezes pode até servir de “instrumental” para a Administração. Por isso este Sindicato vem defendendo o respeito pela Constituição da República Portuguesa e, um novo modelo de avaliação mas que reconheça a especificidade do trabalho que é feito pelos Oficiais de Justiça.

A PROGRESSÃO NA CARREIRA:

Foi-nos transmitido que o despacho que fundamenta a progressão nas carreiras, está finalmente pronto para ser assinado.

CONCLUINDO:

Nesta legislatura dificilmente teremos aprovado um Estatuto novo e tudo o que seja dito sobre vantagens para a classe, no âmbito desse Estatuto, é no mínimo extemporâneo. É gratificante ouvir o Governo falar em valorizar a nossa carreira mas, seria mais importante que essa valorização fosse uma realidade ao invés de um processo de intenções.

A Direcção
28.07.2009